



História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
Brasil

Brandt, Marlon; Sueli Nodari, Eunice  
Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e  
memória  
História Unisinos, vol. 15, núm. 1, enero-abril, 2011, pp. 80-90  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866826010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória

Local communities of the Araucaria Forest in Santa Catarina: Territoriality and memory

Marlon Brandt<sup>1</sup>

marlonbrandt@yahoo.com.br

Eunice Sueli Nodari<sup>2</sup>

eunice@cfh.ufsc.br

---

**Resumo.** Este artigo discute a construção de uma territorialidade pela população cabocla da Floresta de Araucária de Santa Catarina a partir de suas práticas sociais, espaciais e econômicas, que funcionavam como um fator de identificação, defesa e força legitimada pela memória. Essa territorialidade passa a se desestruturar com a inserção de uma nova dinâmica socioespacial, representada pela apropriação privada da terra, colonização e devastação das florestas.

**Palavras-chave:** territorialidade, memória, comunidades tradicionais, caboclos.

**Abstract.** This article discusses the construction of a territoriality by the *Caboclo* (peasants of mixed ancestry) population living in the Araucaria Forest in Santa Catarina State, using their social, spatial and economic practices as factors of identification, defense and strength legitimated by memory. This territoriality started to lose its structure with the insertion of a new socio-spatial dynamics represented by the private appropriation of land, colonization and deforestation.

**Key words:** territoriality, memory, local communities, *Caboclos*.

---

Este artigo discute a construção de uma territorialidade pela população cabocla na Floresta de Araucária, ou Floresta Ombrófila Mista, de Santa Catarina a partir de suas práticas sociais, espaciais e econômicas, que funcionavam como um fator de identificação, defesa e força legitimadas pela memória. Procuramos analisar as ações humanas na floresta, percebendo “os sujeitos partilhando experiências na construção dos espaços” (Montysuma, 2008, p. 156), recorrendo às memórias de antigos moradores da região compreendida entre os vales dos rios do Peixe e Marombas, na região onde se encontra o município de Fraiburgo, como pode ser observado na Figura 1. Para o presente trabalho utilizamos a definição de população cabocla adotada por Machado (2004, p. 48), que os descreve como “os habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural”. Embora, conforme o autor, “não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do CNPq.

<sup>2</sup> Doutora em História. Professora do Departamento de História e dos Programas de Pós-Graduação em História e de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.



**Figura 1.** Mapa da localização da área de estudos.

**Figure 1.** Map of the location of the region studied.

Fonte: IBGE (2004, 2005).

o caboclo era mestiço, muitas vezes negro”. Mas a principal característica desse conceito é que denota “uma condição social e cultural, ou seja, caboclos são os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões”.

Empregamos o termo territorialidade como sendo um conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos sociais para, de acordo com Little (2002, p. 3), “ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’”. Esse, por sua vez, está ligado de maneira íntima “ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significados ao lugar” (Sack, 1986, p. 2)<sup>3</sup>, se estendendo

*desde um nível mais físico ou biológico, até um nível mais imaterial ou simbólico (enquanto seres dotados de poder de representação e da imaginação e que a todo instante re-significam o seu meio e se expressam através dele), incluindo todas as distinções de classe sócio-econômica, gênero, grupo etário, etnia, religião, língua, etc. (Haesbaert, 2004, p. 180).*

O território, que surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo, é como “um produto de processos sociais e políticos” (Little, 2002, p. 3-4), que

depende, segundo Diegues (2004a, p. 83), “não somente do tipo de meio físico explorado, mas também das relações sociais existentes” ao longo do tempo. Dessa maneira, estudar a territorialidade de um grupo implica realizar uma abordagem que “trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado” (Little, 2002, p. 3-4).

Segundo Little (1994, p. 8), os grupos humanos possuem uma necessidade de criar raízes em lugares específicos, cujas origens são as mais variadas, onde a memória coletiva, a seu ver, é uma das maneiras mais importantes pelas quais os povos se localizam e se identificam com um espaço geográfico. Torna-se, assim, possível relacionar a construção da territorialidade de um grupo a aspectos como o sentimento de pertencimento ao lugar e as experiências cotidianas nos locais de moradia, trabalho e lazer.

Na construção dessa territorialidade, redes de relacionamento e sociabilidades são tecidas, sendo fundamentais na elaboração de normas, hábitos e costumes, impossíveis de serem apreciados somente pelo viés econômico (Thompson, 2002a), acatados, nas palavras de Almeida (2004, p. 10), “de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social”.

Transmitidas de geração em geração, onde a oralidade exerce uma importância fundamental, a memória legitima essas práticas, evidenciando a existência de uma cultura capaz de se autorregular, estando às vezes até oposta às normas oficiais. Normas, hábitos e costumes que, assim como as memórias que as transmitiam, longe de serem permanentes e transmitidas “pelo modo atemporal da tradição”, conforme aponta Funes (2003, p. 228), são um campo em constantes mudanças, reconstruções, ressignificações, fraturas e oposições, não apenas se autodefinindo, mas recebendo influências externas, assumindo variações tanto espaciais quanto temporais. Porém estas, na visão do autor mantêm “o cerne como elemento de vínculo entre o presente e o passado. A repetição de fatos, nomes, lugares e atitudes são marcadores significativos e, ao mesmo tempo, reveladores, pois permitem traçar a trajetória histórica do grupo” (Funes, 2009, p. 148). Conjunto que possui também uma íntima ligação com o direito consuetudinário, que deriva dos hábitos considerados bons, dos usos habituais, que podem ser da terra, da água ou de algum outro recurso natural, por exemplo, e que poderiam ser reduzidos a regras e precedentes, sendo uma espécie de lei local (Thompson, 2002b, p. 88-120).

A diferenciação da vegetação no planalto Sul do Brasil, formando mosaicos compostos por campos e florestas, levou a diferentes formas de ocupação do espaço, resultando em diferentes paisagens. Ocupada durante séculos

<sup>3</sup> No original do autor: “Territoriality is intimately related to how people use the land, how they organize themselves in spaces, and how they give meaning to place”.

por diferentes grupos indígenas, a região passou a ser ocupada por luso-brasileiros a partir do século XVIII, com a expansão das atividades relacionadas à criação e transporte de gado no Sul do Brasil, interligando o Rio Grande do Sul a São Paulo. Em Santa Catarina foram estabelecidas invernadas e fazendas de criação nas manchas de campos que se formavam em meio às florestas (Ehlke, 1973, p. 123). Nesse contexto, a Floresta de Araucária era, nas palavras de Lago (1988, p. 264), “mais um obstáculo do que uma riqueza”. Sua existência impedia uma maior extensão dos campos e, portanto, de pasto para o gado. Ou seja, a mesma floresta que representava um espaço marginal para aquela economia, era a responsável pela interiorização do povoamento por pequenos e médios sítiantes<sup>4</sup>, na maioria sob o regime da posse, a partir do final da primeira metade do século XIX. Como agentes dessa interiorização rumo à floresta, encontravam-se ex-escravos, negros libertos, foragidos da justiça, ex-agregados, peões e fazendeiros, partindo principalmente das áreas situadas, ao leste, nos campos de Lages, Curitiba e Campos Novos, enquanto do noroeste e oeste partiam dos campos de Guarapuava e de Palmas, no Paraná (Machado, 2004, p. 72-73).

Esses novos habitantes procuravam se instalar principalmente nas áreas que acompanhavam os vales de rios como o Canoas, Marombas, do Peixe e seus afluentes, como os rios das Pedras, dos Patos, Taquaruçu e Correntes. As suas principais atividades econômicas eram a agricultura e a criação de animais, cujo excedente era comercializado com tropeiros, na base da troca, e nas vilas e cidades próximas (Machado, 2001, p. 19-20). Praticavam nas terras o que Renk (1997, p. 97) denomina como “roça cabocla”, onde adotavam uma prática costumeira de dividir as terras em “terras de criar” e “terras de plantar”. As “terras de criar” eram compostas por praticamente toda a posse, abrangendo tanto a floresta quanto pequenas áreas de campo, abertas naturalmente ou não. Criavam principalmente gado bovino e suíno. O primeiro era criado nas áreas abertas, de campo, enquanto o suíno vivia nas florestas, sendo a principal criação de muitas famílias caboclas, por serem fáceis de criar, necessitando de pouco manejo. Bastava soltá-los na floresta que cresciam e engordavam se alimentando de frutos e sementes, principalmente o pinhão, abundante a partir do outono<sup>5</sup>. As florestas também eram utilizadas em atividades extrativas de mel, cipós para extrair corantes para a lã, plantas medicinais, erva-mate, nas áreas onde esta ocorria, e a caça. As “terras de plantar”, por outro lado, eram formadas a partir da abertura de roças na floresta, adotando a rotação de terras e a prática indígena da coivara, cercando as terras com toras

de árvores ou tábuas lascadas para evitar a invasão dos animais. Plantavam, principalmente, milho e feijão, além de abóbora, melancia e a batata-doce (Queiroz, 1981, p. 36).

Para Arruda (1999, p. 81), o modo de povoamento empreendido pelos portugueses no Brasil ao longo do período colonial foi um dos responsáveis pela formação de um modelo sociocultural de adaptação ao meio, onde tanto sua ocupação quanto a utilização dos recursos naturais se devem às influências indígenas e ao caráter cíclico e irregular do povoamento. Diante de uma natureza desconhecida, os portugueses e a população brasileira que se constituiu ao longo do empreendimento colonial incorporaram diversas técnicas adaptativas dos indígenas na alimentação, na capacidade de ajustamento às condições do ambiente, nas formas de uso do espaço e nas formas de organização do trabalho e de sociabilidade. No caso das áreas de Floresta de Araucária no planalto Sul do Brasil, esse contato interétnico, ao qual se acrescentam os afrodescendentes que vieram trazidos pelos fazendeiros pecuaristas, resultou tanto na miscigenação quanto na adoção, rejeição e ressignificação de práticas sociais e espaciais de cada grupo, com a atuação de um conjunto de influências externas e internas de acordo com os condicionantes sociais e espaciais de seu tempo (Campos, 2000, p. 16-17). Em relação a esses contatos Hollanda (2008, p. 55) argumenta que,

*para a análise histórica das influências que podem transformar os modos de vida de uma sociedade é preciso nunca perder de vista a presença no interior do corpo social de fatores que ajudam a admitir ou a rejeitar a intrusão de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhas à sua herança de cultura. Longe de representarem aglomerados inânimes e aluviais, sem defesa contra sugestões ou defesas externas, as sociedades [...] dispõem normalmente de forças seletivas que agem em benefício de sua unidade orgânica, preservando-as tanto quanto possível de tudo o que possa transformar essa unidade. Ou modificando as novas aquisições até o ponto em que se integrem na estrutura tradicional.*

Ao longo do povoamento da Floresta de Araucária, as sucessivas levas populacionais passaram, a partir do contato com diferentes grupos, a adotar e desenvolver práticas sociais condizentes com o meio em que viviam, além do conhecimento sobre o funcionamento de seu ecossistema e a utilização de seus recursos (Furlan, 2006, p. 4). Diegues (2004a, p. 87-88) apresenta algumas características a respeito do uso da terra e seus recursos pelas culturas e sociedades tradicionais. Dentre elas o autor

<sup>4</sup> São sítiantes os pequenos produtores rurais que moram, em sua maioria sob o regime da posse, nos interstícios das grandes fazendas ou nos bairros rurais (Diegues, 2003, p. 148).

<sup>5</sup> A criação de animais soltos, principalmente porcos, era comum no Brasil já no período colonial, sendo essa forma de criação possivelmente a responsável pela conservação e/ou disseminação da vegetação florestal em algumas regiões (Dean, 2004, p. 91).

aponta: a dependência da natureza e dos recursos naturais; um conhecimento aprofundado da natureza, transferido pela oralidade; a noção de território onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; a importância das atividades de subsistência; a reduzida acumulação de capital; a importância da unidade familiar, doméstica ou comunal, e as relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; a tecnologia relativamente simples, de limitado impacto sobre o meio ambiente; autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Para o referido autor, essas populações não apenas convivem com a biodiversidade no espaço que as circundam, mas também nomeiam e classificam os seres vivos – sendo possível estender os comentários a todo o grupo de não humanos – de acordo com suas próprias categorias e nomes, muitas delas heranças das populações indígenas. A natureza diversa, para essa população “não é vista como selvagem em sua totalidade; ela foi [...] domesticada, manipulada”. Longe de ser vista somente como uma fonte de “recursos naturais”, ela forma “um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmogonia” (Diegues, 2004b, p. 16). Esses fatores são fundamentais na formação da territorialidade dessa população, que funciona, conforme aponta Almeida (2004, p. 10–28), “como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável”. Para a população cabocla, a Floresta de Araucária representaria “não apenas a incidência de uma espécie vegetal ou uma ‘mancha’ como se diz cartograficamente, mas [também] uma expressão identitária, traduzida por extensões territoriais de pertencimento”.

Embora o modo de povoamento realizado por essa população seja disperso, acompanhando os cursos dos rios, estando “de tal modo afastada que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa, a certos intervalos, a unidade que a congrega”, esses moradores não viviam isolados (Cândido, 1971, p. 62). Eles estavam vinculados entre si por diversos elementos conectados à sua vida social e cultural, formando o que Cândido (1971, p. 62) denomina como “bairro rural”. O espaço, à medida que adquiria familiaridade, que era cada vez mais conhecido, definido e significado pela população, transformava-se em um lugar familiar e humanizado (Tuan, 1983, p. 151), estando, como aponta Mello (1993, p. 32), “cheio de objetos comuns”, onde emergiam experiências cotidianas, de trabalho, lazer e sobrevivência. Lugar cuja formação “depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas”, onde a “convivência entre eles decorre da proximidade física e a necessidade de cooperação” (Cândido, 1971,

p. 64–65). Desta forma, o bairro rural se configura, segundo Bombardi (2004, p. 61), como a “expressão da identidade territorial de um grupo de sítiantes”. Ele “transforma o meio natural, ou um território anterior, por meio de padrões culturais”, estabelecendo, por sua vez, uma rede de relações que cria uma especificidade no território, que pode ser caracterizada por práticas culturais, de trabalho e de uso e acesso à terra e aos recursos naturais. Desta maneira,

*os sítiantes se reconhecem uns aos outros por meio dessa identidade, ou seja, não é o tamanho da propriedade que indica quem é ou não sítiante, mas o modo de vida que nela se dá, que se plasma no espaço, transformando-o em uma fração diferente do território, que pode até mesmo ser apreendida com o olhar (Bombardi, 2004, p. 61).*

Essas relações influenciaram a vida da população na região, onde mesmo o morador mais “isolado” no meio da floresta não vivia sem contatos na circunvizinhança, o que possibilitava uma intensa sociabilidade onde, como aponta Tomporoski (2006, p. 25), “as pessoas que ali habitavam percebiam aquela porção de terras como ‘seu’ local, resultando na construção de um sentimento de pertencimento [...] cultivando assim sua unidade”.

Esta discussão pode ser visualizada na Figura 2, que apresenta um detalhe do mapa de 1914 das operações militares do General Setembrino de Carvalho, elaborado



**Figura 2.** Áreas rurais no planalto de Santa Catarina.

**Figure 2.** Countryside areas in the plateau of Santa Catarina.

Fonte: Fundação Roberto Marinho (2002, p. 120).

durante a Guerra do Contestado (1912-1916). Na figura, observa-se a localização de algumas fazendas e povoados onde se encontravam dispersos diversos bairros rurais na região central do planalto catarinense entre os campos e florestas do Espinilho, Corisco, Perdizes e Guarda Mor. Nota-se também a existência de estradas, muitas delas ramificadas a partir dos caminhos de tropas, interligando essas localidades.

Nas narrativas de antigos moradores ao se referirem ao passado, na sua juventude ou nos tempos de seus pais, é possível perceber os espaços e as práticas sociais que davam sustentação ao seu modo de vida e reforçavam a territorialidade e o sentimento de pertencimento ao lugar por parte da população cabocla. Essas poderiam ser expressas nas práticas lúdico-religiosas, de compadrio e de auxílio mútuo, como o mutirão e a criação de animais à solta, servindo inclusive como uma espécie de delimitação territorial, traçada pelos moradores na participação dessas atividades. Tinha legitimidade o membro que participava das atividades, sendo a obrigação mútua uma característica integrante da sociabilidade em grupo, beneficiando ou sendo beneficiado pelas mesmas, passando assim a adquirir consciência de unidade e funcionamento (Tomporoski, 2006, p. 26).

Dentre essas formas de solidariedade e auxílio mútuo existentes, destaca-se na memória dos antigos moradores, sobretudo pelo aspecto festivo, o mutirão<sup>6</sup>, conhecido popularmente na região como puxirão. Prática que ocorre e ocorria em diversas regiões do Brasil do norte ao sul, o mutirão possui origem antiga, conforme aponta Ramos (1938, p. 105-126), com diferenciações no espaço e no tempo, tanto pelas sociedades nativas da América quanto da África e da Europa, que trouxeram ao Brasil cada uma a sua experiência de práticas coletivas.

Trata-se de uma prática comum a diversas regiões do Brasil, onde o morador rural, segundo Cândido (1971, p. 68), recorre à ajuda dos vizinhos para a abertura de um roçado ou a alguma colheita, “suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar”. Além da cooperação na faina agrícola, destaca-se o seu aspecto festivo, fundamental na “formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança”. Se os homens se encarregavam do trabalho no campo, as mulheres ficavam encarregadas da preparação da alimentação, onde o dia terminava com festividades, como rememora Maria José Cordeiro (2005, depoimento), natural da região de Palmas, no Paraná, cuja família se estabeleceu como criadora de animais na região de Fraiburgo:

*Nós fazíamos bailes de levantar poeira. [...] Eu fazia baile, eu e meu marido [...] Fazia aquele puxirão fazia de tudo, homem trajado de bombacha. [...] Coisa mais linda aqueles bailes. [...] Dava baile, não dava briga não dava nada. Fazia aquele mundo de quirera pro puxirão, fazia bastante arroz e de noite tinha o baile<sup>7</sup>.*

A criação de animais à solta era outra prática realizada pela população cabocla onde as relações de auxílio mútuo eram imprescindíveis. As posses formadas pelos moradores, embora possuíssem caráter privado, eram exploradas de forma coletiva nessas atividades, pelo fato da divisão das terras não possuir cercas – e isso persistiu, em muitas regiões até o início da colonização –, “uma vez que a amplitude de terras o dispensava”, como aponta Renk (2004, p. 28). Sua divisão “era por butieiro, por imbuia, era por rio”, como relembra Nair Ribeiro do Prado (2005, depoimento), moradora da região de Fraiburgo. Isso fica evidenciado em depoimento de diversos moradores da região, como no caso do ex-criador de animais José Lindolfo Cordeiro Leite (2005, depoimento), filho de Maria José Cordeiro:

*[...] naquele tempo criava, nem tinha cerca, era aberto, só fazia uma marca onde eram as divisas, marcavam uma madeira, não tinham cerca, nada, que não existia arame. E daí ali era a divisa de terreno, mas a criação criava tudo junto, uns criavam porcos outros criavam gado. E era tudo misturado. Era um espaço muito grande. Então a criação vivia solta, às vezes extraviava os animais, meu Deus do céu. Então da nossa fazenda nós vínhamos para pegar animal [...] ali na Liberata, e às vezes noutras partes. [...] Às vezes levávamos mês para achar.*

A ampla mobilidade dos animais é relatada por Sebastião Celso Abrão (2005, depoimento), também ex-criador, que enfatiza também a ausência de cercas nas divisas das terras, sejam elas constituídas por posses ou terras legalizadas:

*Era tudo em aberto, tinha a propriedade, tinha um potreirinho para fechar um cavalo, mas era tudo em aberto. [...] Só o marco na época, cada um sabia onde era a divisa. E todo ano era retocada a divisa, roçada para não desaparecer. Ia de um marco para outro e limpava. Eu passava para o terreno do outro, passava no meu terreno, ninguém ligava. Tudo em aberto.*

<sup>6</sup> Conforme o *Boletim do Conselho Nacional de Geografia* (1943, p. 39), o mutirão se caracteriza como “uma cooperação mútua entre agricultores, usada, principalmente, nas paragens onde o trabalho remunerado é quase desconhecido, nas zonas de pequenas e médias propriedades ou de terras desvalorizadas”.

<sup>7</sup> Na transcrição das entrevistas buscou-se respeitar a fala própria do entrevistado, sem, no entanto, cair em coloquialismos exagerados.

Esse costume de criação, comum a toda região de Floresta de Araucária do Sul do Brasil, como aponta Chang (1988, p. 37), “era condizente com o ambiente natural. O meio farto provia de alimentos silvestres em abundância, o que poupava aos criadores os custos de trato da criação”. O arrebanhamento, de bois, cabras ou porcos, tanto para consumo quanto para a venda, era facilitado pelo contato entre os moradores, que tinham o hábito de avisar ao proprietário caso avistassem alguns animais em suas terras, prática assim descrita por Sebastião Pires (2005a, depoimento), filho de agregados de uma fazenda em Fraiburgo:

*[...] tinha boi para tudo quanto era lado. Quando ele queria requisitar a boiada, lá em tal lugar tem dois, três bois que estavam lá no terreno do fulano, mais três quatro no outro terreno, ele buscava. Criava em aberto.*

Sebastião Andrade dos Santos (2006, depoimento), filho de fazendeiros criadores de gado bovino e suíno, menciona o respeito e o cuidado que os criadores possuíam em relação aos animais de criadores próximos. Apenas o animal sem sinal era considerado sem dono, sendo esse de quem o encontrasse.

*Os fazendeiros na época não tinham cerca de divisa, quem pegava animal sem marca era dono. Meu pai, me lembro que reunia 80, 100 porcos, mas a metade reuníamos no mato. Porco que nascia e se criava comendo no mato [...] Quem pegasse o animal sem sinal era dono, respeitava a criação pela marca. Um avisava o outro, cuidavam [...] tem um boi seu sangrando, machucado, picado de cobra.*

Essa população, embora dispusesse de uma ampla faixa de terras formadas por vastas florestas nativas, mais ao oeste, constituindo uma área de fronteira agrícola, era relativamente fixa, ao menos em parte do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. É possível dizer que a existência da floresta e de terras abundantes, onde era possível reproduzir práticas costumeiras de acesso e uso da terra e seus recursos e o sentimento de localidade, formado através dos laços de parentesco, vizinhança e compadrio, são fatores relevantes na sedentarização da população cabocla<sup>8</sup>, como expressa o depoimento de Sebastião Andrade dos Santos (2006, depoimento):

*Na época o filho do fazendeiro, quando arrumava a época do casamento, o pai dizia: vai lá acha uma*

*nascente e faz uma casa. E cada um dava uma coisa, o pai dava um porco, outro dava uma vaca, era assim. Se encostava lá e começava a vida. Tinham os animais e se ajudavam. [...] Se encostava naquele cantão, fazia um rancho, quando ele estivesse melhor, derrubava um pinheiro, fazia uma casa.*

O acesso à terra, no entanto, tornava-se mais precário à população cabocla, sobretudo na porção do meio-oeste e planalto norte do Estado, a partir das apropriações de imensas faixas de terras devolutas que se fizeram sentir com maior intensidade a partir das duas primeiras décadas do século XX, promovidas principalmente por grupos políticos, fazendeiros locais e empresas de capital estrangeiro como a *Brazil Railway Company* e a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* (Machado, 2004, p. 75).

A política de terras de Santa Catarina, definida após a Constituição Republicana de 1891, quando as terras devolutas passaram ao domínio dos Estados, possuía como objetivo atuar na regularização de antigas posses e na venda de terras públicas para estímulo da pecuária e da lavoura. Esta política se baseava, de acordo com Machado (2004, p. 139),

*na premissa segundo a qual Santa Catarina precisava desenvolver sua “indústria pastoril e agrícola” e, para isto, já contava com “terras ubérrimas” que eram “desabitadas”. Fica evidente a formulação de uma política de terras ligada ao estímulo da colonização européia, voltada para o desenvolvimento de uma lavoura comercial – submetida aos interesses de capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação com terras – e para o crescimento da oferta de pastagens úteis aos grandes pecuaristas do planalto.*

Para diversas famílias caboclas que viviam sob o regime da posse, em áreas até então marginais à economia pastoril predominante nos campos, essa política foi experimentada como sendo o início da intensificação de um processo de transformações socioespaciais relacionadas principalmente à questão da terra. Condição que deu origem a diversas situações de disputa pela sua posse, sendo a Guerra do Contestado, que ocorreu na região entre os anos de 1912 a 1916, o principal marco de resistência da população cabocla (Machado, 2004, p. 139).

Os anos posteriores ao conflito assinalaram a intensificação e o avanço da colonização a novos espaços da região, tanto nas terras devolutas concedidas pelo governo

<sup>8</sup> Segundo Machado (2004, p. 87), no início da década de 1890, a localidade de Taquaruçu apresentava um certo adensamento demográfico, possuindo moradores nascidos há mais de duas décadas na localidade.

à *Brazil Railway*, quanto em outras, já apropriadas ou alvo de novas concessões.

A colonização dessas terras, da mesma forma que a colonização do Sul do Brasil em geral, era vista pelos grupos políticos e econômicos como uma forma de se ocupar território de modo racional, povoando com seletividade para realizar a exploração econômica do solo (Gregory, 2002, p. 25-26). De acordo com Little (1994, p. 13), a migração colonizadora é também uma construção ideológica, “onde as virtudes pioneiras e as práticas agrárias são exaltadas, às custas das memórias espaciais dos habitantes originários da região”, que juntamente com suas práticas culturais são desqualificadas. A floresta, então alvo dessa colonização, passou a ser representada por esses grupos políticos e econômicos simplesmente como uma área sem nenhum uso ou ocupação.

A ocupação desses espaços, considerados “vazios demográficos”, ocorreu de forma planejada, sendo subvencionada e dirigida pelo governo, por companhias particulares de colonização ou proprietários individualmente (Gregory, 2002, p. 26). No Oeste catarinense, verificou-se, a partir da década de 1920 e principalmente na década de 1930, de acordo com Nodari (2009, p. 34), a atuação de várias companhias colonizadoras, encarregadas de atrair através de diferentes formas de propaganda pessoas para o povoamento da região, colocando “em prática a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo governo estadual e por elas próprias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região ordeiramente”.

A escolha, por parte dos colonizadores, de colonos “ordeiros” e “trabalhadores” não incidiu sobre a população cabocla, mas sim sobre os teutos e ítalo-brasileiros estabelecidos, ao longo do século XIX, nos núcleos de colonização do Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, além do baixo custo da terra se comparado às zonas coloniais gaúchas, era ainda possível a compra de terras contíguas, permitindo que as famílias permanecessem unidas, o que já não ocorria no Rio Grande do Sul (Nodari, 2009, p. 34-38), possibilitando também a esses grupos reproduzirem ou adaptarem nas novas terras as suas práticas socioculturais e de uso do espaço valorizadas em seu círculo.

Colonizar pressupõe, segundo Lago (1988, p. 287), “estabelecer numa região uma espécie de ‘choque demográfico’”, quando as companhias colonizadoras atingem as terras ocupadas pelos posseiros. A colonização para os caboclos é “internamente apontada como um divisor de tempo e de mundo dos ex-posseiros”, desestruturando seu modo de vida anterior e desorganizando, pela apropriação da terra e a conseqüente expropriação dos posseiros, a base morfológica da população cabocla, alterando diversos níveis de organização desse grupo (Renk, 1997, p. 105-106).

Encontramos a partir de então, de um lado, a atuação das companhias colonizadoras, amparadas pelo poder político e econômico, destruindo e construindo territórios e, do outro, a sociedade já existente, que disputava a preservação de seu território e de formas tradicionais de uso do mesmo.

Diferentes concepções de vida, de visões de mundo, de temporalidades e espacialidades, que antes eram independentes, estranhas entre si, passam a coexistir em um mesmo espaço (Elias e Scotson, 2000, p. 64; Martins, 1997, p. 159), formando, segundo Souza (1995, p. 86), uma

*teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros (os de fora, os outsiders).*

Pode-se imaginar que os caboclos esperavam que os colonos se adaptassem às suas normas e crenças, submetendo-se às suas formas de controle social, demonstrando a disposição de se “enquadrar” (Elias e Scotson, 2000, p. 65) de maneira semelhante ao que ocorria com a chegada de novos moradores de origem luso-brasileira ou cabocla, que compartilhavam seus costumes. Entretanto, isto não aconteceu, pois os colonos, tanto teutos quanto ítalos, formavam grupos bastante fechados, dentro da sua identidade étnica com suas retóricas, símbolos e rituais através dos quais defendiam a manutenção e se, necessário, a renegociação das suas práticas socioculturais. Desta forma, “a utilização do espaço até então habitado, principalmente, por caboclos sofreria modificações e remodelações com a chegada desses novos moradores, no decorrer dos anos” (Nodari, 2009, p. 57).

Os colonos, para os caboclos, além de representarem o “outro”, eram aqueles que compartilhavam e, no caso dos posseiros, os “expulsavam” de suas terras. Carlos Hepp, filho de imigrantes alemães que se instalaram, no ano de 1933, na recém-criada colônia Marechal Hindemburgo, atual Dez de Novembro, em Fraiburgo, relembra alguns momentos de tensão entre sua família e a família Linfôncio, posseira daquelas terras antes da colonização. Para Carlos Hepp (2005, depoimento), eles

*eram donos do terreno, mas tudo posse também. Eles se colocaram, mas não tinham documento nenhum. Daí no tempo que eles vinham aqui e mandavam o pai embora porque aqui era deles [...] gente que tinha todos esses pedaços. Era pouca gente, mas tinham quantidade. Se fosse deles eles estavam ricos. E agora estes que estavam ali, eles não ganharam nada. [...]. Foram obrigados a irem embora.*



Até o início da colonização, as posses ou propriedades próximas constituídas possuíam uma grande extensão. Essas frequentemente ultrapassavam o que era conhecido como “milhão de terras” (1.000.000 m<sup>2</sup>), ou seja, eram maiores que os lotes destinados à colonização, cujo tamanho variava entre 25 e 30 hectares (Waibel, 1949, p. 195), além de possuir à sua disposição áreas com florestas devolutas. Com a apropriação privada da terra e o adensamento demográfico promovido pela colonização, passaram a ocorrer diversas situações de tensão, promovidas pela incompatibilidade entre as concepções de uso e acesso à terra de colonos e caboclos.

Muitas delas estão relacionadas à questão da invasão dos animais criados à solta na roças dos colonos. Relatos de colonos se queixando da invasão de porcos e outros animais criados à solta nas lavouras eram comuns, sendo esse também, conforme aponta Dean (2004, p. 209), um “indicador claro da redução das reservas florestais”. Essa incompatibilidade entre formas de uso da terra encontra-se expressa no depoimento de Aristiliano de Oliveira Rocha (2006, depoimento), criador de animais da região: “Cada um queria criar em cima do seu, outros criavam porcos, outros não queriam criar porcos, queriam fazer roça e foi incomodando, um incomodando o outro”. Os colonos não cercavam as roças como era o costume local, ocorrendo assim a invasão de animais em busca de alimento, como relembra Sebastião Pires (2005b, depoimento): “Era só o tempo de pôr a semente na terra e os porcos [...] iam lá, fuçavam e tiravam a sementeira”, o que resultava em reclamações por parte dos colonos: “É... teu porco está na minha roça, arrancou toda a sementeira, então quer dizer que daí o dono do porco tinha que ir lá e dar a sementeira novamente”. Essa situação fez com que muitas famílias caboclas, que eventualmente conseguissem legalizar suas posses ou parte delas, fossem obrigadas a seguir a legislação que obrigava o cercamento: “quando os colonos entraram queriam produzir, entrou nova lei, que cada proprietário que queria ter sua criação tinha que ter fechada”.

Embora o Código Civil de 1916 adotasse medidas para a obrigação de cercar as propriedades, tal prática, que ia contra os antigos costumes da população cabocla, não foi observada até a segunda metade do século XX, sobretudo em áreas onde a colonização se mostrava incipiente ou estava distante, sendo este um dos principais motivos de discórdia entre caboclos e colonos. O fechamento das criações para que fosse possível a formação de lavouras abertas já despertava o interesse das autoridades da região

na primeira década do século XX. Jornais como o *Vanguarda* (1908, p. 3), de Campos Novos, veiculavam reportagens sobre o cercamento das propriedades, “que é de suma importância para as propriedades rurais, e acaba de vez com as dificuldades de fecho das divisas da propriedade”.

A formação de lavouras por parte dos colonos foi responsável pela derrubada de uma grande quantidade de árvores, em espaços antes usufruídos para a criação de animais e a extração de alguns recursos da floresta, como relata Carlos Hepp (2005, depoimento), já citado anteriormente:

*O pai estragou muito pinheiro. Quando começava a plantar milho e caía grimpá ele juntava nó-de-pinho o dia todo com a mãe e rodeava o pinheiro. Daí colocava fogo e aqueles nós queimavam metade do pinheiro com o calor. Daí eles pegavam aquela serra de dente e serravam. [...] Naquele tempo não tinha estrada para tirar os pinheiros [...].*

Atitudes semelhantes também aconteceram em Taquaruçu, nas terras compreendidas entre Fraiburgo e Frei Rogério, um dos epicentros do movimento do Contestado, cuja colonização teve seu início no final da década de 1940 e começo dos anos de 1950, por diversas famílias de origem italiana<sup>9</sup>. De forma similar a Marechal Hindemburgo, as araucárias eram derrubadas para a formação de lavouras, sem que fossem comercialmente aproveitadas, conforme o depoimento de Pedro Felisbino (2006, depoimento), agricultor que se estabeleceu em meados da década de 1950 na localidade:

*Quando a minha família chegou, no início dos anos 50, não tinha onde fazer roça, então derrubávamos aqueles pinheiros. Meu pai queimou cento e poucos pinheiros para fazer uma roça [...]. O meu pai veio morar no núcleo e como não tinha que fazer aquelas reservas meu pai queimava. As primeiras comunidades daqui, Taquaruçu, São José e Passa Três, eram na várzea, porque [...] ninguém tinha coragem de fazer rancho embaixo dos pinheiros, porque caía galho e grimpá.*

A atuação de diversas empresas madeireiras desde o final da década de 1930, explorando tanto os pinheirais antes ocupados por famílias posseiras quanto os encontrados em terras de grandes fazendeiros e herdeiros empobrecidos pela sucessiva divisão das terras, agravaram ainda mais a situação da população cabocla. Sem a floresta, muitas

<sup>9</sup> Embora distantes mais de 20 quilômetros uma da outra, tanto a colonização iniciada em Marechal Hindemburgo quanto a de Taquaruçu faziam parte de uma mesma concessão, realizada pelo governo do Estado de Santa Catarina no ano de 1929 a Demosthenes Bornhausen, totalizando uma área de 278.303.520 m<sup>2</sup>. No ano de 1939, uma parte da Fazenda Butiá Verde que ainda não havia sido colonizada, compreendendo 184.920.506m<sup>2</sup>, foi vendida a Wenceslao Breves, quando as terras localizadas no Taquaruçu passam a ser vendidas a colonos de origem italiana (Brandt, 2007, p. 182-220).

famílias passaram a perder uma parte substancial de sua renda, obtida com a comercialização dos porcos criados à solta, como ocorreu com a família do sogro de Sebastião Pires (2005a, depoimento):

*Quando veio a serraria [...] meu sogro teve que sair dali, minha mulher teve que sair dali porque o seu René [proprietário de uma serraria em Fraiburgo] não aceitou mais porco. [...] O povo que era mais ou menos bem de vida teve que se desfazer para não ficar sem nada, teve que vender meio a troco de casca grande.*

Para Heidrich (2005, p. 6848), a condição humana de estar no espaço pressupõe um acesso ao lugar, que gradativamente ia sendo retirado da população cabocla, cujas memórias espaciais e suas formas de acesso e uso da terra e recursos naturais passaram a ser desqualificadas. Desqualificação que partia não apenas dos colonizadores ou colonos, mas também do discurso oficial, que exaltava as virtudes dos colonos e suas práticas de uso do espaço que trouxeram o progresso e a civilização à floresta (Little, 1994, p. 13).

A expropriação de diversas famílias caboclas, juntamente com a colonização e devastação da floresta, gradualmente desarticulou seu modo de vida e sua territorialidade, firmada pelo sentimento de pertencimento ao lugar, expressa em sua sociabilidade e o uso da terra e de seus recursos. Cada vez mais, a partir de então, foi imposta uma imobilidade, confinando e concentrando essa população em áreas acidentadas, de pouco valor econômico, caso conseguissem permanecer em parte de suas antigas terras ou nas periferias das vilas e cidades que passaram a surgir com o desenvolvimento dos núcleos coloniais e serrarias. Esse fato foi relatado da seguinte maneira por Pedro Felisbino (2006, depoimento), para quem a situação atual da população cabocla na região está relacionada à perda tanto do lugar quanto das suas práticas sociais e espaciais:

*Eles faziam a roça em rachão, era tudo em comum. Para saber de quem era o porco, [...] faziam sinal na orelha. Até pouco tempo eles faziam sinal na orelha do porco. O boi eles marcavam. Na roça plantavam repolho, milho para canjica. O resto vinha fácil. O porco orelhão, sem marca, que não tinha dono, poderia ser pego. O porco assinalado era de cada um. Pelo sinal da orelha eles sabiam de quem era o porco. Eles diziam: olha, lá tem um porco seu, [...] então eles tinham bastante respeito. O gado era marcado, cada um tinha o seu cincerro, era bem mais natural, tanto que o caboclo não se acostumou com a nossa vivência, acho que nós roubamos a liberdade deles. Hoje eles estão na favela e nós tomamos o espaço deles.*

Esse acabou sendo o destino de muitas famílias caboclas com o avanço da colonização, também relatado por Miguel Lara Sobrinho (2004, depoimento), filho de posseiros cujos familiares só conseguiram legalizar parte de suas terras: “Uma parte ficou por aqui mesmo, outros saíram. Com a derrubada acabou, quem criava porco aqui era nativo, se criava aqui, depois que eles derrubaram tudo, [...] uma parte ficou nas lavouras, trabalhavam pra fazer alguma coisinha por aí”.

A resistência da população cabocla à imposição dessa nova lógica socioespacial era então vista como um conjunto de manifestações bárbaras ao avanço inexorável da civilização, e não como uma defesa de seus costumes.

Se a terra era vista pelos caboclos como larga e farta, ela rapidamente assumiu outra fisionomia, outra dimensão histórica. Antes, de modo análogo ao que apresenta Ianni (1981, p. 154) em seu estudo sobre a região do Araguaia, era a “ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento no lugar, a vizinhança” que garantia a sua posse, que a partir de então se veria gradualmente abalada na região, alterando, como salienta Auras (2001, p. 43), “o gênero de vida costumeiro”. Corrêa (1970, p. 93), ao se referir ao avanço da colonização e a desagregação dos espaços da criação de porcos à solta no sudoeste do Paraná, comenta que “à medida que o povoamento dos colonos progredia, essa atividade passava para áreas mais remotas”, ou, em alguns espaços, simplesmente deixava de existir. Na região de Fraiburgo, com o avanço da colonização e da exploração madeireira, para Sebastião Celso Abrão (2005, depoimento) “não tinha mais árvore para dar fruta, foi mudando, daí os criadores foram vendendo por ali e não podia ter porco, daí foi acabando, hoje só fechado”.

Essa ruptura levou muitos desses antigos moradores a descreverem o tempo da criação à solta e do puxirão como um tempo difícil, mas também de fartura, liberdade e respeito, se comparado às incertezas e dificuldades advindas a partir da colonização e da exploração madeireira. Percebe-se esse sentimento vivo, por exemplo, na memória de Maria José Cordeiro (2005, depoimento) quando diz: “Ih, tenho saudade do tempo, não havia luxo, pessoal tudo igual, na roça trabalhando, com o marido, ajudando”, bem distinto dos dias atuais, de acordo com as afirmações do entrevistado Sebastião Pires (2005a): “Às vezes eu falo para minha piaçada como era nos tempos da Dez [de Novembro]. Hoje não pode ter uma galinha, não pode ter um porco, então a gente se sente um pouco desajeitado, o interesse da gente é criar”.

A apropriação privada da terra e a posterior consolidação da colonização, envolvendo o Vale do Rio do Peixe e o Oeste catarinense, fizeram com que esse espaço fosse bastante modificado, tanto pela ação de diversas indústrias madeireiras, quanto pela ação dos colonos para a produção

de lavouras. Esse processo, que seria o responsável por introduzir o “progresso” e o “desenvolvimento” na região (Cesco, 2004, p. 119), excluiu milhares de famílias caboclas que já ocupavam aquelas terras. Vistas a partir de então como intrusas, foram alvos não somente da expropriação, mas também da desqualificação de suas formas de acesso e uso da terra, enquanto foram exaltadas as virtudes dos colonos, principalmente de origem germânica e italiana, em relação à valorização do trabalho e suas práticas agrárias.

## Referências

- ALMEIDA, A.W.B. de. 2004. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 6(1):9-32.
- ARRUDA, R. 1999. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*, II(5):79-94.
- AURAS, M. 2001. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 4ª ed. Florianópolis, Ed.da UFSC, 177 p.
- BOLETIM DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. 1943. Rio de Janeiro, 1(2):38-39.
- BOMBARDI, L.M. 2004. O bairro rural como identidade territorial: A especificidade da abordagem do campesinato na geografia. *Agrária*, 1:55-95.
- BRANDT, M. 2007. *Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo – SC: do Contestado à colonização*. Florianópolis, SC. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 316 p.
- CAMPOS, N.J. de. 2000. *Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 258 p.
- CÂNDIDO, A. 1971. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 2ª ed., São Paulo, Livraria Duas Cidades, 284 p.
- CESCO, S. 2004. *Desmatamento e migração no Alto Vale do Rio do Peixe: discussões sobre o “progresso” e transformação ambiental*. Florianópolis, SC. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 135 p.
- CHANG, M.Y. 1988. *Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná*. Londrina, IAPAR, 123 p.
- CORRÊA, R.L. 1970 O sudoeste paranaense antes da colonização. *Revista Brasileira de Geografia*, 22(1):87-98.
- DEAN, W. 2004. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 484 p.
- DIEGUES, A.C. 2003. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos naturais da Mata Atlântica. In: L.L. SIMÕES; C.F. LINO (orgs.), *Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais*. 2ª ed., São Paulo, Editora SENAC, 213 p.
- DIEGUES, A.C. 2004a. *O mito moderno da natureza intocada*. 5ª ed., São Paulo, Hucitec/Nupaub/USP, 200 p.
- DIEGUES, A.C. 2004b. Saberes tradicionais e etnoconservação. In: A.C. DIEGUES; V.M. VIANA (orgs.), *Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica*. 2ª ed., São Paulo, Hucitec/Nupaub, p. 9-22.
- EHLKE, C. 1973. *A conquista do Planalto Catarinense (bandeirantes e tropeiros do “Sertão de Curitiba”)*. Rio de Janeiro, Laudes, 193 p.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J.L. 2000. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 224 p.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO (ed.). 2002. *O Contestado*. Florianópolis, IOESC, 155 p.
- FUNES, E. 2003. Mocambos do trombetas: memória e etnicidade (séculos XIX e XX). In: M. DEL PRIORE; F. GOMES (orgs.), *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro, Elsevier, p. 227-258.
- FUNES, E. 2009. Mocambos: natureza, cultura e memória. *História Unisinos*, 13(2):146-153.  
<http://dx.doi.org/10.4013/htu.2009.132.05>
- FURLAN, S.A. 2006. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. *Agrária*, 3:3-15.
- GREGORY, V. 2002. *Eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel, Unioeste, 266 p.
- HAESBAERT, R. 2004. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: E. LIMONAD; R. HAESBAERT; R. MOREIRA (orgs.), *Brasil século XXI: por uma nova regionalização*. São Paulo, Max Limonad, p. 173-193.
- HEIDRICH, Á.L. 2005. Integração espacial e seus efeitos sobre a territorialidade humana. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. 2005, São Paulo, *Anais eletrônicos...* São Paulo, USP, 2005. [CD-ROM].
- HOLLANDA, S.B. 2008. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 301 p.
- IANNI, O. 1981. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 235 p. (Coleção Sociologia Brasileira, vol. 3).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2004. *Mapa de biomas do Brasil*. Brasília, 1 Mapa. Escala: 1:500.000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02/05/2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2005. *Mapa físico do Sul do Brasil*. Brasília, 1 Mapa. Escala: 1:500.000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02/05/2006.
- LAGO, P.F. 1988. *Gente da terra catarinense – desenvolvimento e educação ambiental*. Florianópolis, UFSC/FCC/Lunardelli/Udesc, 349 p.
- LITTLE, P.E. 1994. Espaço, memória e migração: por uma teoria da reterritorialização. *Revista de Pós-graduação em História da UnB*, 2(4):5-25.
- LITTLE, P.E. 2002. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma nova antropologia da territorialidade*. Brasília, UnB, 32p. (Série Antropologia, nº 322).
- MACHADO, P.P. 2001. Bugres, tropeiros e birivas: aspectos do povoamento do Planalto Serrano. In: A. BRANCHER; S.M.F. AREND (orgs.), *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis, Ed. da UFSC, p. 11-29.
- MACHADO, P.P. 2004. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, Unicamp, 295 p.
- MARTINS, J.F. 1997. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec, 213 p.
- MELLO, J.B.F. 1993. A humanização da natureza – uma odisséia para a (re)conquista do paraíso. In: O.V. MESQUITA; S.T. SILVA (orgs.), *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro, IBGE, p. 31-40.
- MONTYSUMA, M. 2008. Gênero e meio ambiente: mulheres na construção da floresta na Amazônia. In: T.G. PARENTE; H.G.D. MAGALHÃES (orgs.), *Linguagens plurais: cultura e meio ambiente*. Bauru, EDUSC, p. 155-173.
- NODARI, E.S. 2009. *Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. da UFSC, 222 p.

- QUEIROZ, M.V. 1981. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)*. 3ª ed., São Paulo, Ática, 323 p.
- RAMOS, A. 1938. O espírito associativo do negro brasileiro. *Revista do Arquivo Municipal*, XLVII:105-126.
- RENK, A.A. 1997. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense*. Chapecó, Grifos, 226 p.
- RENK, A.A. 2004. *Narrativas da diferença*. Chapecó, Argos, 149 p.
- SANTA CATARINA – MAPA INTERATIVO. Disponível em: <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br>. Acesso em: 08/12/2006.
- SACK, R. 1986. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge, Cambridge University Press, 272 p.
- SOUZA, M.L. 1995. O território: sobre espaço, autonomia e poder. In: I.E. CASTRO; P.C.C. GOMES; R.L. CORRÊA (orgs.), *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 77-116.
- THOMPSON, E.P. 2002a. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas, Unicamp, 286 p.
- THOMPSON, E.P. 2002b. *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 493 p.
- TOMPOROSKI, A.A. 2006. *O pessoal da Lumber! Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910-1929*. Florianópolis, SC. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 207 p.
- TUAN, Y.F. 1983. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo, Difel, 250 p.
- VANGUARDA. 1908. Campos Novos, 1(20).
- WAIBEL, L. 1949. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, 11(2):159-222.

## Fontes primárias

- ABRÃO, S.C. 2005. 59 anos. Depoimento, 28/09/2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.
- CORDEIRO, M.J. 2005. 91 anos. Depoimento, 02/10/2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.
- FELISBINO, P.A. 2006. 61 anos. Depoimento, 07/01/2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.
- HEPP, C. 2005. 72 anos. Depoimento, 23/07/2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.
- LARA SOBRINHO, M. 2004. 77 anos. Depoimento, 27/09/2004. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.
- LEITE, J.L.C. 2005. 64 anos. Depoimento, 02/10/2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.
- PIRES, S. 2005a. 73 anos. Depoimento, 02/10/2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.
- PIRES, S. 2005b. 73 anos. Depoimento, 13/08/2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.
- PRADO, N.R. do. 2005. 63 anos. Depoimento, 27/09/2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.
- ROCHA, A. de O. 2006. 66 anos e Maria Moreira Rocha. 63 anos. Depoimento, 06/04/2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.
- SANTOS, S.A. dos. 2006. 56 anos. Depoimento, 04/09/2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

Submetido em: 01/12/2009

Aceito em: 26/04/2010

Marlon Brandt  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em História  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário, Trindade  
88040-970, Florianópolis, SC, Brasil

Eunice Sueli Nodari  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de História  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário, Trindade  
88040-970, Florianópolis, SC, Brasil